

Área de concentração: **Direito do Trabalho e da Seguridade Social**

Subárea: **Saúde, Meio Ambiente do Trabalho, Subjetividade e Direitos Humanos**

ESPELHO DE CORREÇÃO

Discorra sobre a legalidade do uso do amianto no Brasil, incluindo (a) o contexto de sua utilização nos segmentos econômicos, (b) panorama histórico das normas juslaborais atinentes à matéria, especialmente o Anexo 12 da Norma Regulamentadora 15, e (c) o controle de convencionalidade e de constitucionalidade, explorando argumentos contrários e favoráveis às normas no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

1. Contexto, apresentação, panorama. 2 pontos.

Construção civil, automobilística e naval. No Brasil: telhas, caixas d'água, pastilhas e lonas de freio, revestimentos térmicos, isolantes elétricos e até em alguns tecidos industriais. O tipo mais utilizado foi o amianto do tipo crisotila, também conhecido como amianto branco. Principais doenças relacionadas à exposição ao amianto. Longo período de latência.

2. Anexo 12 da NR 15. 2 pontos.

Limites de tolerância para poeiras minerais. Conservação da indumentária. Vestiário duplo. Exames médicos. Realização periódica de exames. Volume de fibras respiráveis de amianto no ar da fábrica.

3. Controle de constitucionalidade alusivo à legislação permissiva de 1995 e restritiva de 2007. 2 pontos.

Não há necessidade de citar os exatos números das Ações e das Leis. Admite-se a mera contextualização.

ADI 3937 (São Paulo) - Decisão final: constitucionalidade da Lei nº 12.687/2007 de São Paulo e inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995.

Argumentos contrários à legislação restritiva: (i) competência da União para legislar sobre norma geral, Estado não pode contrariá-la; (ii) uso do amianto em telhas não gera maiores riscos à população, sendo que esse era o uso de quase 100% do amianto no Brasil; (iii) jurisprudência do Supremo que já havia julgado leis estaduais inconstitucionais pelo mesmo motivo em 2003; e (iv) impactos na economia, na geração de empregos e de renda.

Argumentos favoráveis à legislação restritiva: (i) os Estados possuem competência concorrente em matérias de saúde e meio ambiente (federalismo cooperativo); (ii) alteração dos conhecimentos sobre o tema fez com que a lei federal; (iii) consenso atual (órgãos nacionais e internacionais) sobre a impossibilidade de usar o amianto de forma segura, visto seu alto poder cancerígeno, e (iv) a permissão do uso de qualquer tipo de amianto contraria os direitos fundamentais à saúde e ao meio ambiente.

4. Controle de constitucionalidade da legislação consumerista. 2 pontos.

Não há necessidade de referência numerária, apenas contexto. ADIs 3356 (Pernambuco), 3357 (Rio Grande do Sul), 3406 (Rio de Janeiro), 3470 (Rio de Janeiro) e ADPF 109.

O Supremo considerou válidas as leis estaduais que impediam ou restringiam o uso de amianto crisotila para a produção de outros materiais.

Principais argumentos: (i) natureza comprovadamente cancerígena do amianto; (ii) impossibilidade de seu uso de forma efetivamente segura e (iii) existência de matérias-primas alternativas.

Adendo: não obrigatório, mas desejável. ADI 6200 (Goiás) - Encontra-se pendente de julgamento, mas caminha para a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 20.514/2019, que autoriza, para fins exclusivos de exportação, a extração e o beneficiamento do amianto da variedade crisotila no Estado de Goiás.

5. Controle de **convencionalidade**. 2 pontos.

Convenção 162 da OIT, que trata do banimento do amianto e orienta sua substituição progressiva por tecnologias alternativas.